**CADASTRO DE ADMINISTRADOR**

**Conselho de Administração IPA**

Empresas Estatais e Sociedades de Economia Mista com Receita Operacional Bruta Inferior a R$ 90 milhões, regidas pelo Decreto estadual n°43.984/2016.

1. **DADOS GERAIS:**

|  |
| --- |
| 1. Nome Completo: |
| 1. CPF: 3. Sexo: ( ) M ( ) F |
| 1. Cargo efetivo: |
| 1. Função comissionada: 6. Código da Função: |
| 1. Telefone profissional: 8. Telefone Celular: |
| 1. E-mail profissional: |
| 1. E-mail pessoal: |
| 1. Cargo para qual foi Indicado: |
| 1. Empresa a qual foi indicado: |
| 1. Setor de atuação da empresa\*:   \*Exemplos: financeiro, participações, petróleo, energia, infraestrutura, comunicação, abastecimento, saúde, pesquisa, tecnologia da informação, indústria ou serviços. |

1. **REQUISITOS:**

|  |
| --- |
| 1. Tem formação acadêmica compatível como o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação?   ( ) Sim ( ) Não |
| 1. Qual a área de sua formação acadêmica mais aderente ao cargo para o qual foi indicado?\*   \*Indicar só a principal. Exemplos:  a) Administração ou Administração Publica; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade e Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; j) Matemática; e k) curso aderente à área de atuação da empresa para a qual foi indicado. |
| 1. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui:   ( )10 anos na área de atuação da estatal ou em área conexa ao cargo para o qual foi indicado  ( ) 04 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) ou chefia superior (dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa) em empresa de porte ou objeto semelhante ao da estatal  ( ) 04 anos em cargo equivalente a DAS-4 ou superior em pessoa jurídica de direito público interno  ( ) 04 anos como docente ou pesquisador, de nível superior, na área de atuação da estatal  ( ) 04 anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da estatal |
| 1. Dos itens assinalados no item16, descreva a experiência mais aderente ao cargo de administrador:\*   \*Indicar só a principal. Exemplos: a) empregado; b) superintendente; c) coordenador-geral; d) professor; e) advogado |
| 1. Possui notório conhecimento compatível como o cargo para o qual foi indicado?   ( ) Sim ( ) Não  Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios: (...) – ter notório conhecimento (art. 17 – Lei 13.303/16) |
| 1. Qual é o elemento mais aderente para indicar seu notório conhecimento compatível com o cargo de administrador?\*   \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \* Indicar só o principal. Exemplos: a) qualquer Mestrado ou Doutorado; b) publicações acadêmicas; c) experiência acumulada em conselhos |
| 1. É residente no Brasil (requisito obrigatório apenas para indicação de Diretor): ( ) Sim ( ) Não |
| 1. Cumpre as exigências do estatuto social da estatal, que foi lido e verificado pelo indicado: ( ) Sim ( ) Não |

1. **REPUTAÇÃO ILIBADA E VEDAÇÕES:**

|  |  |
| --- | --- |
| 1. **Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º-I: Ficha limpa** | **Se enquadra?** |
| 1. é pessoa inalistável ou analfabeto? | ( ) Sim ( ) Não |
| b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem duranteo período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) Sim ( ) Não |
| c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito? | ( ) Sim ( ) Não |
| d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) Sim ( )Não |
| e) foi condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo?  1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2.contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando | ( ) Sim ( )Não |
| f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) Sim ( )Não |
| g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição? | ( ) Sim ( )Não |
| h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes? | ( ) Sim ( )Não |
| i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação? | ( ) Sim ( )Não |
| j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição? | ( ) Sim ( )Não |
| k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura? | ( ) Sim ( )Não |
| l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena? | ( ) Sim ( )Não |
| m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário? | ( ) Sim ( )Não |
| n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude? | ( ) Sim ( )Não |
| o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8(oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário? | ( ) Sim ( )Não |
| p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão? | ( ) Sim ( )Não |
| q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos? | ( ) Sim ( )Não |
| 1. **Lei 6.404/76, art. 147: Lei societária** | **Se enquadra?** |
| § 1º - é pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos? | ( ) Sim ( )Não |
| § 2º - é pessoa declarada inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários?\*  \* Site da CVM, no link de Atuação Sancionadora - Pesquisa Avançada | ( ) Sim ( )Não |
| § 3º (...): I - ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal? | ( ) Sim ( )Não |
| § 3º (...): II - tem interesse conflitante com a sociedade? | ( ) Sim ( )Não |

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes são anexos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) Indicado(a)